

## **RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS: DIFICULDADES E PERSPECTIVAS**

OLIVEIRA, José Augusto  
Mestrando (FEB – UNESP – Bauru/SP)  
SANTOS, Sílvia Renata de Oliveira  
Prof. Ms. (CEUCLAR – Batatais/SP)  
ALVARENGA, Rafael Pazeto  
Mestrando (FEB – UNESP – Bauru/SP)  
NADAE, Jeniffer de  
Mestranda (FEB – UNESP – Bauru/SP)  
OLIVEIRA, Otávio José de  
Prof. Dr. (FEB – UNESP – Bauru/SP)

### **RESUMO**

As instituições financeiras podem contribuir para a conduta de um mercado socialmente e ambientalmente responsável, principalmente pelo fato de intermediarem a circulação de capital, que movimenta o mercado. O presente trabalho procurou verificar possíveis práticas sustentáveis das instituições financeiras e observar quais as dificuldades para análise desses dados e as perspectivas para o setor no contexto da sustentabilidade. Foi o método estudo de caso duplo com dois dos principais bancos nacionais, por meio de seus arquivos internos e espera-se ilustrar as possíveis contribuições desse setor o desenvolvimento sustentável e verificar métodos que possam permitir a conclusão dos objetivos propostos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Setor financeiro; Responsabilidade social; Responsabilidade ambiental; indicadores de sustentabilidade.

### **ABSTRACT**

Financial institutions can contribute to the conduct of a market socially and environmentally responsible, mainly because of facilitating the movement of capital, which moves the market. The present study was to determine possible sustainable practices of financial institutions and observe any difficulties in data analysis and prospects for the sector in the context of sustainability. This was the case study method with double two major domestic banks, through their internal files and is expected to illustrate the possible contributions of this sector to sustainable development and determine methods that would enable the completion of goals.

**KEYS-WORDS:** Financial sector; social responsibility; environmental responsibility; sustainability indicators.

## 1. INTRODUÇÃO

Com a preocupação socioambiental impulsionada pela grande necessidade de atitudes emergenciais, o mundo dos negócios adota posturas de caráter responsável no âmbito social e ambiental, com o intuito de atender a considerável demanda e utilizar essas ferramentas como diferenciais competitivos.

Segundo Maltby (2004), pesquisas apontam que o número de relatórios sócio-ambientais (SER- social and environment reporting), têm aumentando consideravelmente. Dessa forma, as organizações preparam-se para evidenciar e transparecer suas práticas para o mercado e sociedade. Como afirma Spence (2007), a transparência e veracidade de ações que promovam a responsabilidade sócio-ambiental é um item fundamental para que seja possível avaliar a conduta das organizações.

Para Gumes (2005), o desenvolvimento está adaptando-se à uma nova realidade, integralizando o meio ambiente às esferas sociais, econômicas e culturais. A introdução da questão ambiental nas gestões organizacionais representa um grande passo que seja alcançando um patamar de sustentabilidade social e ambiental no mundo dos negócios.

Em 2005, em Washington, ocorreu o evento com o nome Princípios do equador, onde foi oficializado o acordo entre dez bancos: ABN Amro, Barclays, Citigroup, Crédit Lyonnais, Crédit Suisse, HypoVereinsbank (HVB), Rabobank, Royal Bank of Scotland, WestLB e Westpac, que estabelece análises de riscos sociais e ambientais para a concessão de créditos à empreendimentos em países emergentes com valores acima de US\$ 10 milhões. Esse evento representa uma mudança no mercado financeiro, pois valorizam o meio dos negócios e a criação de algumas iniciativas, tais como fundos de investimentos socialmente responsáveis (CASPARY, 2009).

No contexto de responsabilidade sócio-ambiental, uma questão pertinente que deve ser considerada, principalmente por tratar-se de um desenvolvimento impulsionado pelo poder econômico, é qual responsabilidade do setor financeiro para a promoção de uma conduta sócio-ambiental no mercado.

Sabe-se que as empresas atualmente, tem sido beneficiadas por obter uma imagem de responsabilidade sócio-ambiental pelo mercado e sociedade como um todo. O presente trabalho procurou, por meio de estudo de caso duplo, verificar práticas de suas instituições financeiras voltadas à responsabilidade sócio-ambiental, objetivando, com base em literatura focada no assunto, ilustrar as dificuldades e perspectivas para análises do setor financeiro em termos de responsabilidade sócio-ambiental.

## **2. OBJETIVO**

O presente trabalho procurou verificar ações de sustentabilidade relatadas de dois dos principais bancos nacionais e por meio de uma revisão bibliográfica, levantar questões que sejam relevantes para estudos e discussões nesse contexto. Propor uma reflexão sobre as dificuldades e perspectivas de mensuração de práticas das instituições e suas possíveis caracterizações, verificando a efetividade das ações para a promoção de um desenvolvimento sustentável.

## **3. INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE**

O conceito de desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade, segundo Dietz (2007), tem conquistado grande simpatia. A necessidade de um desenvolvimento sem que as futuras gerações sejam prejudicadas com isso, ou seja, internalizando o meio ambiente e social às atividades econômicas e principalmente promovendo uma atenção especial sobre essas questões, estimulam o setor empresarial a apresentar práticas sustentáveis.

Com o objetivo de mensurar um desenvolvimento abrangente das questões sociais, econômicas, éticas, ambientais e culturais, foram elaboradas ferramentas denominadas indicadores de sustentabilidade. Assim como outros métodos de medição, esses indicadores fornecem uma visão do desenvolvimento à questão em que estão inseridos ou aplicados (SICHE, 2007).

Um indicador pode ser isolado ou agregar outras informações e deve ser facilmente entendido, ser utilizado estatisticamente, ter uma lógica coerente e informar eficientemente o estudo em questão (SHIELDS, 2002).

Por meio da criação e do aperfeiçoamento de indicadores de sustentabilidade, é possível analisar e monitorar as mudanças durante o processo produtivo e empresarial, além de avaliar até que ponto essas mudanças estão sendo efetivas no tocante ao alcance da sustentabilidade ambiental, econômica e social. O propósito dos indicadores de sustentabilidade é que eles possam servir como ferramentas simplificadas de análise, monitoramento e comunicação (PAJAK, 2000, p. 25).

Práticas sustentáveis podem promover um grande diferencial competitivo para as empresas de variados setores, no caso do setor financeiro, pode atrair capital e investimentos. Segundo Decker (2004), empresários e investidores enxergam nas atividades sócio-ambientais, grandes oportunidades de negócios, que pode ser considerado um ponto relevante para mudanças de tipos de gestão.

Os indicadores também podem ser analisados em função de sua disponibilidade e de seu custo de obtenção e, segundo Gallopín (1996), podem ser classificados como quantitativos e qualitativos.

Os indicadores quantitativos agregam e quantificam informações, mostrando através de dados estatísticos que permitam a comunicação entre a situação da empresa e os tomadores de decisão, e assim suas análises. A forma de mensuração desses indicadores é expressa pela quantidade, como por exemplo o número de unidades, como toneladas de gases tóxicos emitidos à atmosfera por um organização.

Os indicadores de sustentabilidade denominados qualitativos são os mais importantes para a análise ambiental, segundo Gallopín (1996), em pelo menos três casos específicos, quando:

- não forem disponíveis informações quantitativas;
- o atributo no interesse é inerentemente não-quantificável;
- determinações de custo assim o obrigarem.

Para Isaksson (2003), existe uma dificuldade em obter informações e dados da empresa e principalmente em relação às suas clarezas. Essa afirmação ressalta uma questão de pesquisa desse trabalho, citando a dificuldade de mensuração de atividades e indicadores de sustentabilidade claros, principalmente em se tratando de atividades indiretas, como por exemplo, no caso de instituições financeiras quando na concessão de créditos à atividades empresariais ambientalmente e socialmente impactantes.

Os indicadores de sustentabilidade utilizados para análise dos casos, foram prática e atividades exercidas pelas instituições e publicadas por meio de relatórios impressos e digitais, que são de acesso público.

#### **4. MÉTODO DE PESQUISA**

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa qualitativa com base no método de estudo de caso duplo. Foram analisados arquivos internos disponibilizados por duas instituições financeiras nacionais. Além disso, foi feita uma pesquisa bibliográfica no intuito de verificar possíveis práticas e contribuições do setor financeiro voltadas ao objetivo da pesquisa, conforme pode ser verificado na Figura 1.

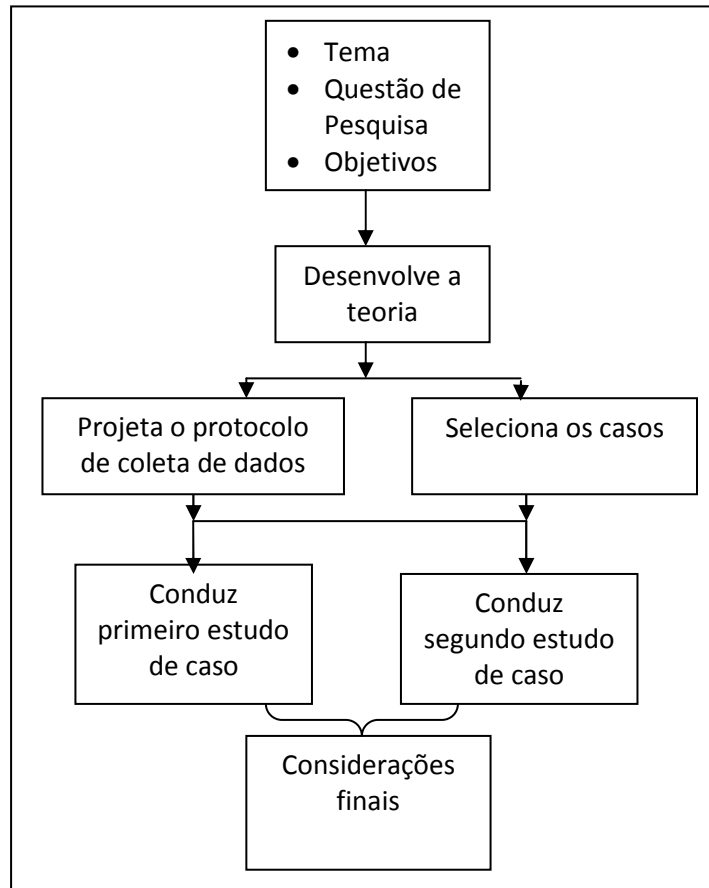


Figura 1: Desenvolvimento metodológico

## 5. ESTUDOS DE CASOS

Ao utilizar os recursos naturais, renováveis ou não, as empresas estão apropriando-se de um patrimônio ambiental e social que é comum à humanidade. Tais recursos, quando devolvidos ao meio de forma deteriorada, afetam negativamente este patrimônio natural sob vários aspectos. Os principais impactos ambientais como a redução do volume de água potável, o comprometimento da qualidade do ar pela emissão de gases tóxicos, a diminuição da área de terras habitáveis e cultiváveis, entre outros muito impactos, restringem as condições de sobrevivência desta e das gerações futuras. Esses recursos, consumidos indiscriminadamente, sem uma política empresarial ou um sistema de gestão ambiental, levam ao comprometimento da qualidade de vida e do meio. Segundo Murray *et al.* (2006), o setor financeiro representa uma grande oportunidade para o capitalismo internacional reinventar-se segundo as exigências sustentáveis globais.

O mercado financeiro pode contribuir de forma mensurável para a questão ambiental, atuando de forma preventiva, ou seja, analisando de maneira criteriosa a implementação de seus projetos. Segundo Hodgson (2002), os bancos têm a responsabilidade de conhecer seus clientes e dessa forma, saber qual o destino de seus recursos. Sua atuação pode ser usada em

caráter de complementação das ações de empresas do setor produtivo e financeiro. Assim no setor bancário, por exemplo, em que as redes podem se antecipar às exigências legais devido ao aumento da conscientização da sociedade, a contribuição pode dar-se através da incorporação dos custos ambientais nas análises de seus projetos, como também através da recuperação e da proteção ao meio ambiente, pela concessão de linhas de créditos específicas, exigindo o cumprimento do licenciamento ambiental ao credor.

Para possibilitar uma análise sobre as práticas exercidas pelos bancos que compõem esse estudo, serão verificados projetos e iniciativas que promovam a responsabilidade ambiental no mercado em que são inseridos. Técnicas de economia de insumos, diminuição de desperdícios, entre outras atividades internas, que representam exemplos de gestão ambiental interna, serão mencionadas conforme os dados obtidos nas instituições.

## 5.1. Caso A

Dentre os maiores bancos de varejo nacionais, a instituição estudada promove práticas sócio-ambientais e tem essa imagem repercutida no mercado e sociedade. Os dados foram obtidos por material interno e após análise, serão ilustrados nos próximos itens. O objetivo é verificar quais as possíveis contribuições, dificuldades e perspectivas de práticas de cunho sócio-ambiental realizadas pela empresa.

### 5.1.1. Princípios do Equador

Os princípios do Equador são critérios adotados para avaliação e gestão de riscos sociais e ambientais envolvidos no financiamento de grandes projetos, avaliados em US\$ 10 milhões ou acima, ou seja, foram estabelecidos para auxiliar as instituições financeiras na avaliação de grandes investimentos quanto ao impacto causado pela atividade ou empreendimento. A Tabela 1 demonstra uma breve análise sobre a evolução desse indicador, que apresenta uma melhora na postura de grandes empreendimentos, em relação às práticas ambientais.

Tabela 1: Projetos implantados conforme princípios do Equador

Ano	2006	2007
Número de projetos	2	2

Fonte: Adaptado de material interno da instituição.

A Tabela 1 ilustra que o número de projetos implantados conforme os princípios do Equador, não obteve acréscimo e nem decréscimo, mantendo-se estável o número de projetos nos períodos de 2006 e 2007.

### 5.1.2. *Fundo socioambiental*

Evidenciar as atividades de seus credores e o destino de seus recursos é uma das grandes práticas que uma instituição financeira pode realizar para promover a responsabilidade sócio-ambiental. Por esse princípio, foram criados os fundos de investimento socialmente responsáveis, que consideram o risco socioambiental.

A seleção das empresas para inclusão nesse fundo é feita pela aplicação de um questionário composto por sessenta e quatro questões que tem por objetivo elaborar um quadro das práticas corporativas da empresa, segundo Ethical (2006).

Para ilustrar a participação do Fundo Ethical, do caso A, pode-se observar na Figura 2, uma comparação ao fundo da BOVESPA (Bolsa de valores do Estado de São Paulo). Esse dado demonstra um interesse dos investidores em fundos socialmente responsáveis.

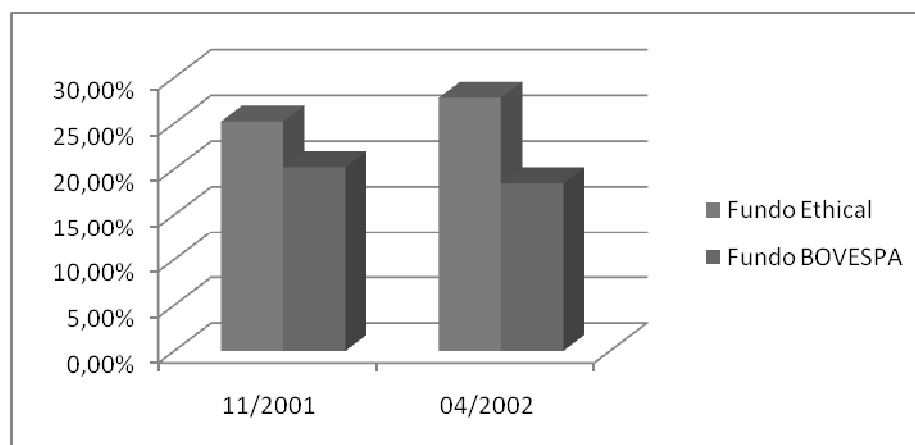


Figura 2: Comparação de investimentos Fundo Ethical e BOVESPA  
Fonte: Gazeta Mercantil (2002).

### 5.1.3. *Microcrédito*

Microcrédito é a concessão de empréstimos de baixo valor a pequenos empreendedores e microempresas sem acesso formal ao sistema financeiro tradicional, e que dificilmente tem condições de oferecer garantias reais. É um crédito destinado à produção, concedido com o uso de metodologia específica. Parte integrante das microfinanças abrange também seguros, poupança e movimentação bancária. O governo brasileiro divide o microcrédito em dois tipos: O primeiro é chamado de produto orientado, concedido a empreendedores formais ou informais, com cobrança de juros máximos de 4% ao mês, o que corresponde à uma taxa anual de 61%. O outro é definido como de uso livre e pode ser

aplicado também para o consumo, reformas ou pagamento de dívidas, com juro de até 2% ao mês (ADIANTE, 2006).

Segundo Tiryaki (2007), as microempresas enfrentam muitas dificuldades na obtenção de créditos, o que prejudica e compromete seus crescimentos. No Brasil metade da população, economicamente ativa, trabalha em empresas com até cinco empregados. As microempresas, como são denominadas, apresentam cerca de 25% de suas práticas exercidas como atividades informais, correspondendo a 8,4% do PIB nacional. Desse valor cerca de 62,7% utilizam seu lucro como forma de financiamento, porém apenas 4,8% desse total conseguem créditos bancários. Na Figura 3, pode-se observar o volume de microcréditos concedidos.

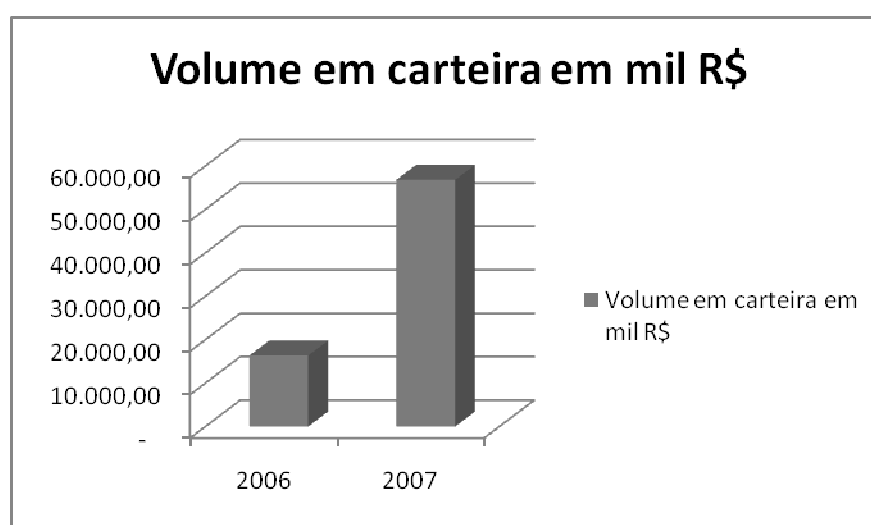


Figura 3: Volume de microcréditos concedidos  
Fonte: Adaptado de arquivo interno da instituição.

Os dados ilustrados na Figura 3, mostram o desempenho da instituição A em volume de microcréditos concedidos nos períodos de 2006 a 2007, nesse caso pode-se verificar uma evolução na concessão do item em questão.

Um das atividades que podem ser consideradas muito importantes para uma postura de práticas sustentáveis para as instituições financeiras, são análises de risco socioambientais na concessão de seus créditos. Na Tabela 2, pode-se verificar a quantidade de análises feitas.



Tabela 2: Análises de riscos socioambientais

Análise de risco socioambiental	2006	2007
Total estimado de pareceres	3.177	2.799
Cientes aprovados	3.021	2.712
Cientes aprovados com ressalvas	154	84
Cientes declinados	2	3

Fonte: Adaptado de arquivo interno da instituição.

Ainda conforme os dados disponibilizados pelo grupo, quando há dúvidas quanto a natureza de projetos, existe a necessidade de auditorias ambientais, que são feitas segundo aspectos de sustentabilidade das atividades do projeto, no ano de 2006 foram realizadas nove e no ano de 2007 foram realizadas seis auditorias.

Financiamentos socioambientais são importantes práticas de responsabilidade ambiental, segundo o relatório do caso A, pode-se verificar na Tabela 3, alguns dados que ilustram esses exercícios.

Tabela 3: Financiamentos socioambientais.

Financiamentos que visam a redução da emissão de gases do efeito estufa (kit gás veicular)	2006	2007
Número de contratos aprovados/vendidos	3.943	2.960
Financiamentos sócio-ambientais (mil R\$)	217.046	824.911
Créditos de carbono financiados pelo banco (ton CO <sub>2</sub> )	ND	5.781.500
Créditos de carbono negociados pelo banco (ton de CO <sub>2</sub> )	ND	383.057

Fonte: Adaptado de arquivo interno da instituição.

Como pode-se verificar, alguns dados só foram colhidos a partir do período de 2007, como os créditos de carbono. No caso de contratos aprovados/vendidos, pode observar que houve uma diminuição de 2006 para 2007, porém dados que justifiquem essa relação não foram fornecidos. Já quanto aos financiamentos sócio-ambientais, pode-se verificar uma evolução expressiva nos valores de 2006 a 2007.

#### 5.1.4. Atividades internas da organização

Conforme proposto pelos objetivos do presente trabalho, a verificação de práticas de gestão ambiental interna dos bancos pode ser dificultada pela falta de clareza dos dados publicados, nesse contexto a apresentação dos dados, é extraída dos relatórios fornecidos pela própria empresa, porém esses dados são de extrema importância para a questão da responsabilidade socioambiental e serão ilustrados brevemente na Figura 4.

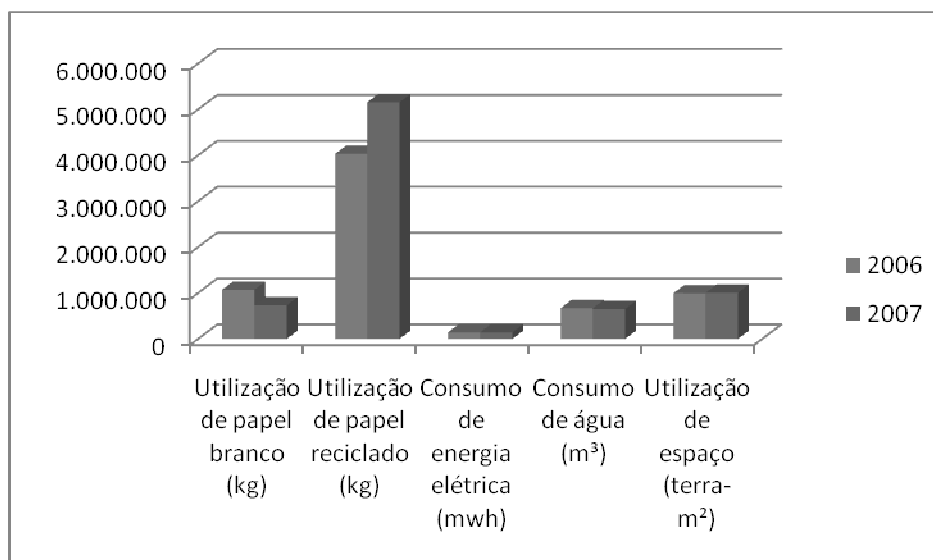


Figura 4: Atividades internas da organização  
Fonte: Adaptado de arquivo interno da instituição.

Os dados fornecidos pela Figura 4, mostram uma diminuição considerável no uso de papel branco nos períodos de 2006 a 2007 e um aumento substancial no uso de papel reciclado também nos dois períodos. O consumo de energia elétrica, de água e utilização do espaço terra mantiveram-se estáveis, esse fato, segundo o material disponibilizado, deve-se ao fato o número de agência e da própria organização crescer nos períodos.

#### 5.2. Caso B

O caso B trata-se de um banco de varejo nacional, que assim como o caso A, ocupa umas das principais posições dentre os bancos brasileiros da categoria. Os dados ilustrados nesse estudo foram obtidos por meio de material interno fornecido pela empresa para a execução da presente pesquisa.

### 5.2.1. Princípios do Equador

O caso B aderiu ao grupo de projetos que se enquadram nos princípios do Equador, ou seja, valor igual ou superior a US\$ 10 milhões, em setembro de 2004 e seus dados podem ser observados na Tabela 4.

Tabela 4: Projetos implantados conforme princípios do Equador

Ano	2006	2007	2008
Número de projetos	7	11	16

Fonte: Adaptado de arquivo interno da instituição.

Os dados observados na Tabela 4 levam a conclusão de que houve um aumento expressivo no número de projetos implantados no período de 2006 a 2008.

### 5.2.2. Títulos de capitalização socioambientais

O caso B, negocia títulos de capitalização com seus clientes e parte dos valores investidos beneficiam projetos de natureza socioambientais, que podem ser verificados na Tabela 5.

Tabela 5: Títulos de capitalização socioambientais

	Instituição beneficiada	Títulos em 2007	Títulos em 2008
Pé Quente Bradesco SOS Mata Atlântica	Fundação SOS Mata Atlântica	688.521	509.261
Pé Quente Bradesco GP Ayrton Senna	Instituto Ayrton Senna	160.826	464.706
Pé Quente Bradesco O Câncer de Mama no Alvo da Moda	Instituto Brasileiro de Controle do Câncer	66.084	89.753
Pé Quente Bradesco Amazonas Sustentável	Fundação Amazonas Sustentável	-	333.089
Total		915.431	1.396.809

Fonte: Adaptado de arquivo interno da instituição.

### 5.2.3. Microcrédito e financiamentos socioambientais

Além do microcrédito que tem por objetivo tornar os créditos mais acessíveis às microempresas, o banco possui uma linha de financiamentos que objetivam estimular créditos destinados à atividades com responsabilidade socioambiental, algumas dessa linhas podem ser verificadas:

- leasing ambiental;
- CDC Kit gás;
- capital de giro ambiental;
- capital de giro florestal;
- CDC aquecedor ambiental;
- CDC certificado florestal;
- ecofinanciamento veículos.

Outros financiamentos possuem caráter responsável nos âmbitos sociais e ambientais, seus dados, além da linha de microcrédito, podem ser ilustrados pela Figura 5.

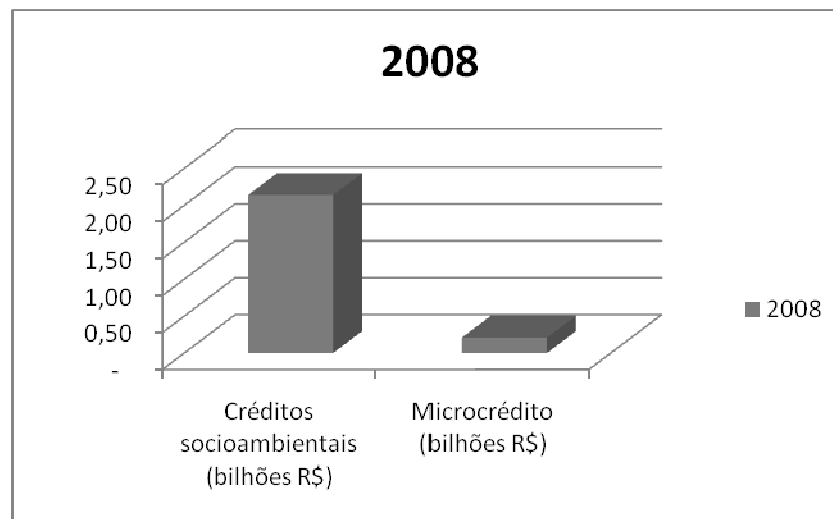


Figura 5: Valores de créditos socioambientais e microcréditos  
 Fonte: Adaptado de arquivo interno da instituição.

Os dados são apenas do período de 2008, pois foi quando foram lançados os produtos, sendo assim não foi possível uma comparação que permita avaliar aumento ou decréscimo nos montantes.

#### 5.2.4. Atividades internas da organização

Na Figura 6, pode-se observar os resultados das atividades internas da instituição financeira para a realização de seus negócios. Em seu relatório de sustentabilidade, o banco B, não menciona quantidades de gastos de insumos, porém cita as metas de redução estipuladas para 2008 e as efetivas reduções feitas.

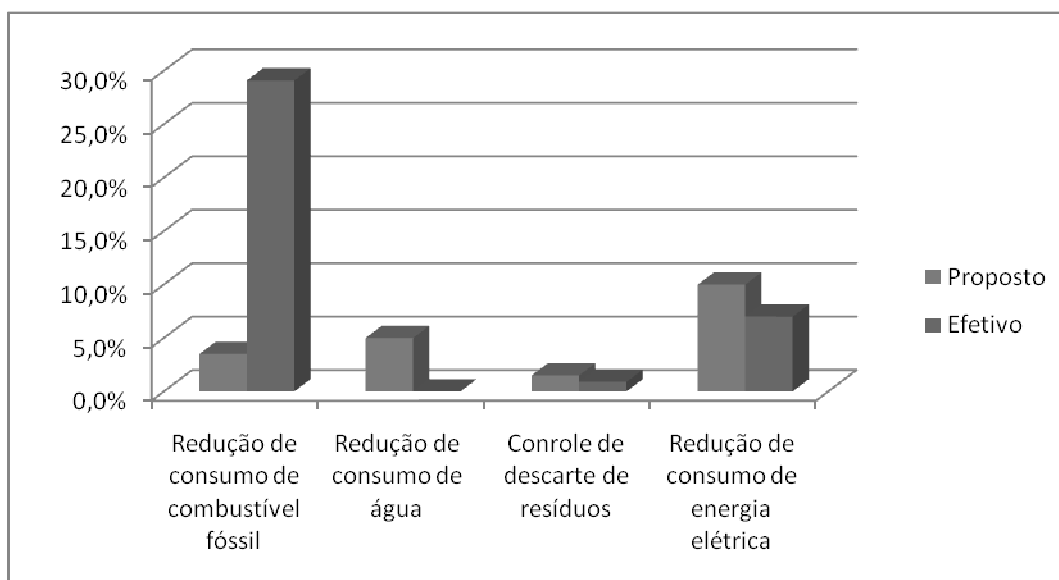


Figura 6: Comparação entre reduções propostas e efetivas  
 Fonte: Adaptado de arquivo interno da instituição

Pode-se observar na Figura 6, que houve cumprimento das metas para a redução de combustível fóssil, porém para a redução de consumo de água, controle de descartes de resíduos e redução de consumo de energia elétrica, os números efetivos foram menores do que os propostos. Segundo o material disponibilizado pelo banco, isso deve-se ao fato da expansão do banco no período de 2008.

## 6. DIFICULDADES, PERSPECTIVAS E PROPOSTA DE PRÁTICAS SÓCIO-AMBIENTAIS PARA INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DE VAREJO

Segundo Magness (2006), a revelação de novas políticas socioambientais, colocará as instituições financeiras em posições vantajosas no mercado, a partir do crescimento da preocupação pública com os impactos dos negócios e do crescimento de investimentos éticos entre investidores institucionais. Ainda segundo a autora, clusters de investidores conscientes estão operando em um alto patamar desde os anos 60, fatos que podem ser considerados como tendências à um mercado ético.

Para May (2004), uma importante atividade de uma instituição financeira para a prática da responsabilidade sócio-ambiental é demonstrar com clareza a destinação de seus recursos financeiros, e saber ao mesmo passo, qual o destino de tais créditos, ou seja, verificar qual atividade ou empreendimento estará financiando.

Nos últimos anos, as instituições financeiras vem valorizando a idéia de promover práticas de caráter sócio-ambiental, essa preocupação se dá sobre duas próprias atividades e

também em atividades indiretas, como no financiamento de atividades empresariais (SULLIVAN, 2009).

Segundo Coupland (2006), os bancos têm a responsabilidade de executarem seu papel social, essas práticas, recentemente, têm se voltado para o âmbito ambiental também, dessa forma, suas praticas e resultados devem ter coerência com ambas as questões.

Nesse contexto, o presente trabalho procurou evidenciar possíveis práticas voltadas a responsabilidade sócio-ambiental, evidenciando indicadores de sustentabilidade apresentados e publicados por duas instituições financeiras nacionais. O que pode ser verificado, nesse escopo, é que tais dados são de difícil mensuração,principalmente pelo fato de suas complexas clarezas.

Pode ser considerado que as instituições financeiras obtêm benefícios com a imagem de empresas com responsabilidade sócio-ambiental, dessa forma, conclui-se que a grande importância de uma real e efetiva conduta responsável nos setores social, ético, ambiental e econômico pelo setor financeiro. Quanto aos dados mostrados no presente trabalho, pode-se considerar que existem grandes dificuldades para sua mensuração e análise, levando a crer que os métodos de pesquisa utilizados são limitados para uma pesquisa que forneça dados mais concretos, contudo, a atual pesquisa pode fornecer informações relevantes para uma discussão acerca da importância do setor financeiro para a promoção da responsabilidade sócio-ambiental nas esferas governamentais, não-governamentais e da sociedade em geral, podendo servir de base e estímulo para futuras e mais minuciosas pesquisas sobre o assunto.

## **7. CONCLUSÃO**

Com base nos objetivos e hipóteses propostas no presente trabalho, pode-se verificar que as instituições financeiras têm papel fundamental para a promoção de um mercado socialmente e ambientalmente responsável, conforme apontam Coupland (2006) e Sullivan (2009). Nesse contexto, torna-se imprescindível a cooperação do setor financeiro para que a prática do desenvolvimento sustentável torne-se efetiva.

O presente trabalho, embora tenha apresentado limitações em seu escopo e na explanação de seus resultados, pode oferecer base para importantes discussões e proposta para futuros estudos, ressaltando a necessidade da adoção de demais métodos de pesquisa. Baseado nessa conclusão, pode-se verificar concomitantemente, que existe uma dificuldade na mensuração de indicadores de sustentabilidade de instituições financeiras, principalmente devido a complexa clareza dos dados fornecidos.

## 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADIANTE:** *inovação para a sustentabilidade*. São Paulo: Vox Gráfica, Junho, 2006, n. 6 p.18.
- CASPARY, G.** Improving sustainability in the financing of large infrastructure projects: what role for leaders? *Corporate Governance*, v. 9, n. 1, p. 58-72, 2009.
- COUPLAND, C.** Corporate social and environmental responsibility in web-based reports: currency in the banking sector? *Critical Perspectives on Accounting*, v. 17, n. 7, p.865-81, 2006.
- DECKER, O. S.** Corporate social responsibility and structural change in financial services. *Managerial Auditing Journal*, v. 19, n. 6, p. 712-728, 2004.
- DIETZ, S.; NEUMAYER, E.** Weak and strong sustainability in the SEEA: concepts and measurement. *Ecological Economics*, v. 61, n. 4, p. 617-626, 2007.
- ETHICAL, 2006.** Disponível em <<http://www.fundoethical.com.br>>. Acesso em 26/09/2006.
- FORUM SOCIAL MUNDIAL, 2006.** Disponível em <<http://www.forumsocialmundial.org.br>>. Acesso em 20/10/2006.
- GALLOPIN, G. C.** Environmental and sustainability indicators and the concept of situational indicators. A system approach. *Environmental modelling & assessment*, n. 1, p. 101, 1996.
- GUMES, S. M. L.** Construção da conscientização sócio-ambiental: formulações teóricas para o desenvolvimento de modelos de trabalho. *Paidéia*, v. 15, n. 32, 2005.
- HODGSON, D.** Know your customer: marketing, governmentality and the new consumer of financial services. *Management Decision*, v. 40 n. 4, p. 318-28, 2002.
- ISAKSSON, R.; GARVARE, R.** Measuring sustainable development using process models. *Managerial Auditing Journal*, v. 18, n. 8, p. 649-656, 2003.
- LUSTOSA, M. C. et al.** *Economia do meio ambiente: teoria e prática*. Rio de Janeiro, Campus, 2003.
- MAGNESS, V.** Strategic posture, financial performance and environmental disclosure: an empirical test of legitimacy theory. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, v. 19, n. 4, p. 540-563, 2006.
- MALTBY, J.** Hadfields Ltd: its annual general meetings 1903-1939 and their relevance for contemporary corporate social reporting. *British Accounting Review*, v. 36, n.4, p.415-39, 2004.
- Ministério do meio ambiente.** Disponível em <<http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/arquivos/estocolmo.doc>>. Acesso em 11-out-06.
- MURRAY, A. et al.** Do financial markets care about social and environmental disclosure? *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, v. 19, n. 2, p. 228-255, 2006.
- SULLIVAN, N.; O'DWYER, B.** Stakeholder perspectives on a financial sector legitimation process: The case of NGOs and the Equator Principles. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, v. 22, n. 4, p. 553-587, 2009.
- PAJAK, P.** Sustainability, ecosystem management, and indicators: thinking globally and acting locally in the 21 st century. *Journal of Fisheries*, v. 25, n. 12, p. 16-30, 2000.
- SHIELDS, D.; SOLAR, S.; MARTIN, W.** The role of values and objectives in communicating indicators of sustainability. *Ecological Indicator*, v. 2, n. 1-2, p. 149-160, 2002.
- SICHE, R. et al.** Índices versus indicadores: precisões conceituais da discussão da sustentabilidade de países. *Ambiente e sociedade*, v. 10, n. 2, p. 137-148, 2007.
- SPENCE, C.** Social and environmental reporting and hegemonic discourse. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, v. 20, n. 6, p. 855-882, 2007.
- TIRYAKI, G. F.** A informalidade e as flutuações na atividade econômica. *Estudos econômicos*. São Paulo, v. 38, n. 1, p. 97, 2007.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos a CAPES pelo auxílio na realização da pesquisa.